



**Publicação
Preliminar**

FRONTEIRAS DO BRASIL: PRIMEIROS RESULTADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO 2022

Autores(as):	Rosa Moura – PNPd - DIRUR Gustavo Ferreira - PNPd - DIRUR
Produto editorial:	Nota Técnica
Cidade:	Brasília
Editores:	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano:	2023
Edição	1ª

O Ipea informa que este texto não foi objeto de padronização, revisão textual ou diagramação pelo Editorial e será substituído pela sua versão final uma vez que o processo de editoração seja concluído.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

FRONTEIRAS DO BRASIL¹: PRIMEIROS RESULTADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO 2022²

Rosa Moura³
Gustavo Ferreira⁴

1 INTRODUÇÃO

Os primeiros resultados do Censo Demográfico de 2022 no Brasil registraram 203.062.512 pessoas residentes, com aumento de 6,5% em relação ao Censo de 2010 (IBGE, 2023). Isso representa uma taxa geométrica de crescimento anual de 0,52%, que corresponde a menos de metade da verificada no intervalo 2000-2010, então 1,17% ao ano. A atual é a menor taxa desde o primeiro Censo do Brasil, em 1872.

Para o conjunto brasileiro, são números menores que se esperava, mas entre os 5.570 municípios recenseados, muitos apresentaram resultados superiores aos das estimativas relativas a 2021.⁵ No senso comum, a aceleração das atividades, dos fluxos e da mobilidade contemporânea, perceptíveis particularmente no cotidiano das cidades, possivelmente tenham alimentado a suposição de que a dinâmica populacional dos anos 2020 fosse mais intensa que a realidade captada pelo Censo Demográfico. Para compreender a atual dinâmica populacional do país, além dos dados de população e domicílios divulgados em 28/06/2023, outras informações censitárias serão imprescindíveis, e estão por vir.

Com o objetivo de iniciar uma reflexão sobre essa dinâmica, colocam-se em análise os dados disponibilizados pelo IBGE em 28/06/2023, adotando-se três grandes recortes territoriais de análise para o Brasil: i) a faixa de fronteira terrestre (FFT), disposta na Lei n. 6.634/1979, regulamentada pelo Decreto n. 85.064/1980 (Brasil, 1979), composta por 588 municípios que se situam a até 150 km da linha de fronteira, cuja relação foi ajustada pelo IBGE com base na malha digital municipal de 2021⁶; ii) a faixa de fronteira litorânea (FFL), hipoteticamente construída para fins analíticos, a espelho da terrestre, constituindo-se por 2.068 municípios situados a 150 km da

¹ Esta Nota Técnica é produto da pesquisa Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública, desenvolvida na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A pesquisa teve início em março de 2016, como integrante do projeto A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e a Faixa de Fronteira, este desenvolvido na Dirur. No período 2016-2019 a pesquisa contou com a parceria do então Ministério da Integração Nacional, atualmente está a cargo da Dirur. Tem como objetivo conhecer as realidades internacional, nacional, regional e local das fronteiras terrestre e litorânea brasileiras, com vistas a contribuir para a melhoria das políticas públicas sobre fronteiras e assessorar as instituições que deliberam sobre o tema. Os principais produtos resultantes da pesquisa estão descritos na coletânea “Fronteiras do Brasil”, cujos volumes encontram-se disponíveis no portal do Ipea (www.ipea.gov.br).

² Os autores agradecem a leitura atenta do parecerista e as sugestões precisas que muito contribuíram para maior clareza e qualidade desta NT.

³ Pesquisadora sênior colaboradora na Dirur do Ipea.

⁴ Pesquisador doutorando colaborador na Dirur do Ipea.

⁵ Disponíveis em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579>>. Acesso em: 28/06/2023.

⁶ Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html?edicao=34308&t=downloads>>. Acesso em: 28/06/2023.

linha da costa, 31 dos quais integram também a faixa de fronteira terrestre nos estados do Amapá e do Rio Grande do Sul; e iii) os demais municípios brasileiros (DMs).

Tomam-se por base as informações, referentes à população total residente nos municípios em 2022 e as taxas geométricas de crescimento anual entre 2010-2022, operacionalizadas a partir da reconstituição da população de 2010 com as bases territoriais das unidades recenseadas em 2022. Essa reconstituição se faz importante devido aos ajustes na malha digital municipal em 2021, realizados pelo IBGE, além de que foram criados cinco municípios no país nesse intervalo temporal. Complementarmente, para estimular uma reflexão sobre quais municípios apresentaram neste século uma dinâmica contínua efetiva de crescimento, retenção ou evasão populacional, realizou-se um exercício comparativo do crescimento da população nos intervalos 2000-2010 e 2010-2022. Nas análises coloca-se em maior evidência o comportamento da distribuição e crescimento populacional do conjunto de municípios das FFT e FFL, no contexto do total do país.

A NT, na sequência desta introdução, organiza-se em mais quatro seções. Na segunda se analisam os resultados para o Brasil e para os recortes territoriais FFT, FFL e DM, quanto aos totais de população e domicílios registrados pelo Censo de 2022, o incremento populacional entre 2010 e 2022, as taxas geométricas de crescimento anual da população entre 2010-2022, o comparativo desse crescimento ao de 2000-2010, e a distribuição da população por classes de crescimento e estratos de tamanho dos municípios. Na terceira seção, essas análises se particularizam aos municípios da FFT, considerando os arcos fronteiros e os arranjos transfronteiros, com exemplos daqueles mais representativos das principais constatações a partir dos dados analisados. Na quarta seção é feito o mesmo procedimento de análise em relação à FFL, dando ênfase às concentrações urbanas e arranjos populacionais. Na quinta seção da NT se pontuam considerações finais, ainda revestidas por um caráter muito preliminar, pois no aguardo de informações censitárias sobre outros componentes demográficos, e se recomendam políticas públicas que deem suporte à população e ao poder público municipal diante das mudanças verificadas.

2 GRANDES RECORTES DE ANÁLISE

A população total brasileira em 2022 compõe-se de 203.062.512 pessoas residentes, distribuídas 5,6% entre os municípios da FFT, 58,1% da FFL e 36,3% entre os demais municípios. Embora com a menor taxa de crescimento da história de seus Censos, 0,52% ao ano (a.a.) entre 2010-2022, o país registra um incremento de 12.306.713 habitantes no intervalo intercensitário, incidente em 7,6% na FFT, 46,9% na FFL e 45,5% entre os DMs (Tabela 1). Comparando a proporção da incidência do incremento com a proporção da população de cada recorte territorial, observa-se um quadro de evolução da população mais positivo nos recortes da FFT e DMs.

TABELA 1

Brasil: distribuição da população de 2022, do incremento e taxas de crescimento anual da população entre 2010-2022, segundo recortes territoriais

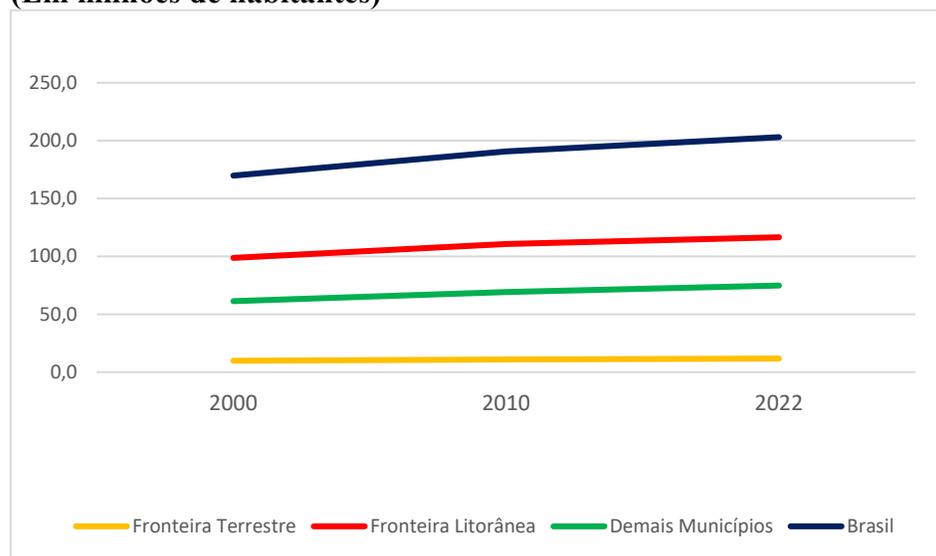
Recorte territorial	% população		% incremento 2010-2022	Taxa crescimento (% anual)	
	2010	2022		2000-2010	2010-2022
Fronteira Terrestre	5,6	5,8	7,6	0,89	0,69
Fronteira Litorânea	58,1	57,4	46,9	1,16	0,42
Demais Municípios	36,3	36,9	45,5	1,23	0,65
Brasil	100,0	100,0	100,0	1,17	0,52

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração dos autores.

Ao se considerar as taxas relativas aos recortes territoriais constata-se que, no intervalo 2010-2022, a FFT e os DMs superam a taxa nacional, sendo a da FFT a mais elevada. É importante frisar que a base populacional deste recorte é a de menor porte. Comparativamente ao intervalo 2000-2010, exceto a FFT, os demais recortes e o total do país tiveram suas taxas geométricas de crescimento anual reduzidas a aproximadamente metade do valor da taxa do período anterior. A redução na FFT foi pequena, porém nesse período pretérito era o recorte que apresentava a menor taxa. O ritmo de crescimento da população nos três recortes territoriais em análise teve uma evolução ascendente contínua no presente século (Gráfico 1).

GRÁFICO 1

Brasil: população total 2000, 2010 e 2022, segundo recortes territoriais (Em milhões de habitantes)



Fonte: IBGE – Censos Demográficos. Elaboração dos autores.

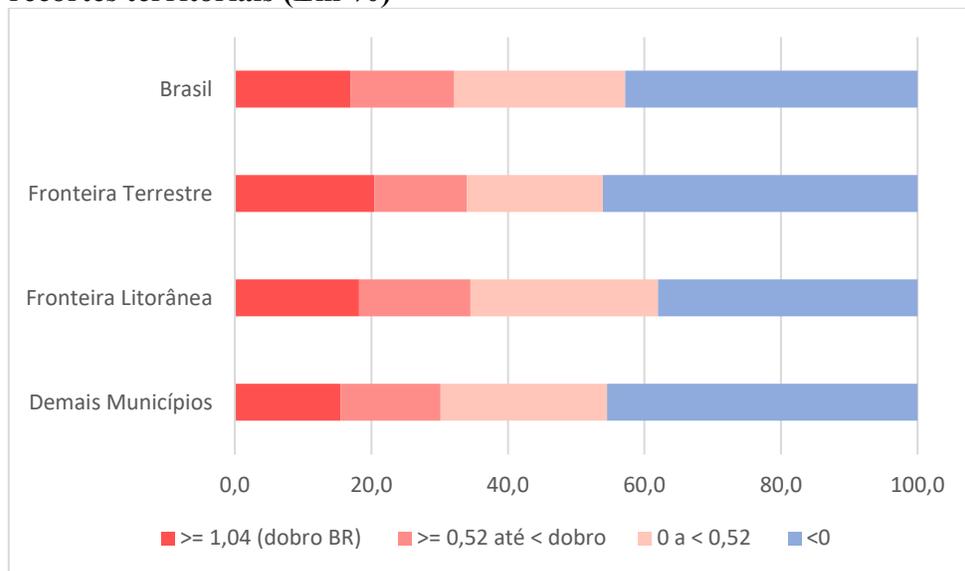
As taxas de crescimento da população no intervalo 2010-2022 evidenciam um espectro bastante diferenciado entre os 5.570 municípios brasileiros. Tomando por base a taxa de 0,52% a.a., correspondente ao crescimento anual do Brasil, observa-se que 17% dos municípios cresceram a taxas iguais ou superiores ao dobro dessa, ou seja, a 1,04% a.a. Na classe de crescimento igual

ou superior à do Brasil até o dobro dessa encontravam-se 15,2% dos municípios; outros 25%, na classe de crescimento positivo da população, mas até a taxa nacional. No contraponto, 42,8% dos 5.570 municípios do conjunto do país perderam população entre 2010-2022.

Nos recortes territoriais, a FFT apresenta o maior percentual de municípios (20,4%) na condição de crescimento superior ao dobro do nacional, seguido pela FFL (18,2%) e pelos DMs (15,5%). Tal comportamento sugere que muitos municípios das faixas fronteiriças podem estar exercendo maior atratividade a novos moradores, como se abordará na seção 3. A evasão também é intensa entre os municípios, tanto na FFT (46,1%) quanto entre os DMs (45,5%). Em condições relativas menos preocupantes encontra-se a FFL, mesmo assim, 38% de seus municípios tiveram perdas populacionais no intervalo em análise (Gráfico 2).

GRÁFICO 2

Brasil: municípios por classes de crescimento anual da população 2010-2022, segundo recortes territoriais (Em %)

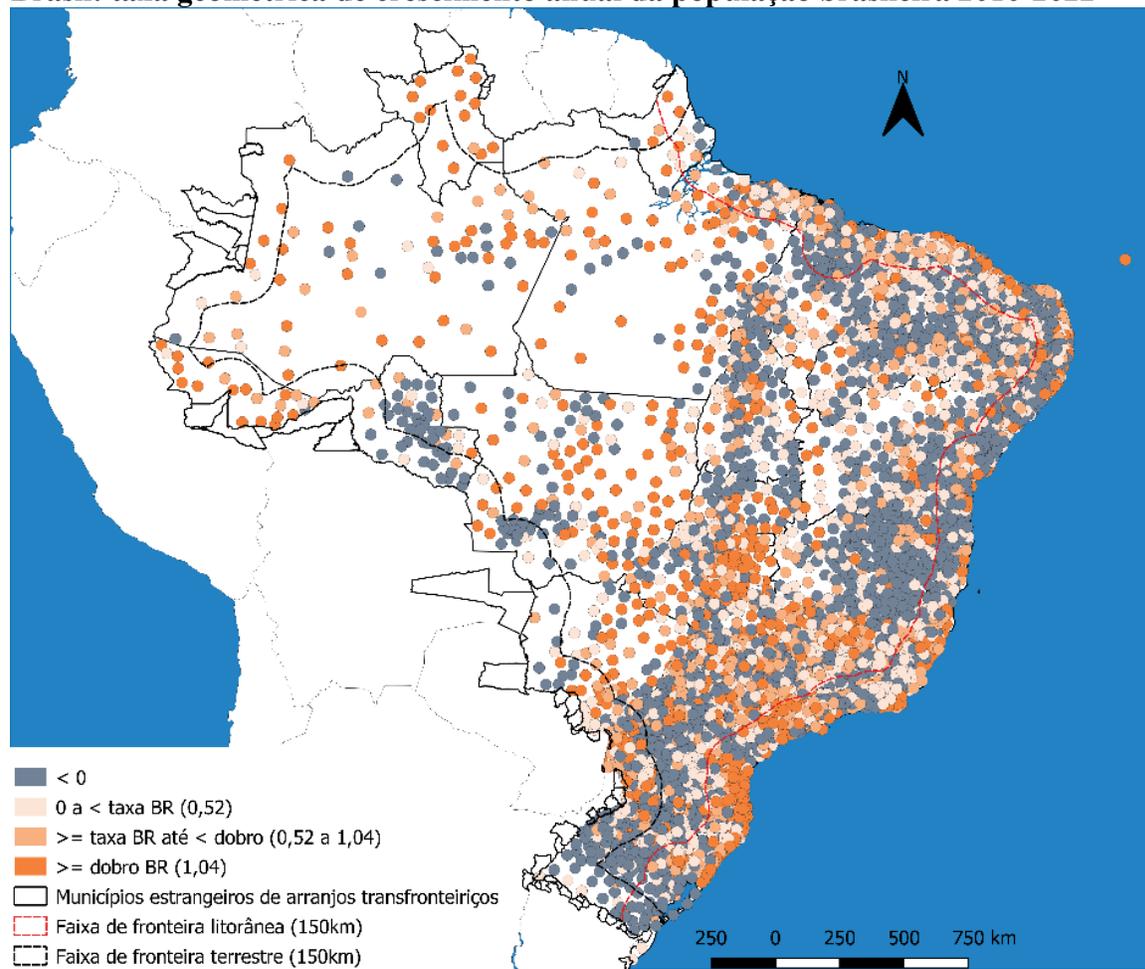


Fonte: IBGE – Censo Demográfico. Elaboração dos autores.

A espacialização dos municípios segundo classes de crescimento populacional 2010-2022 evidencia a conformação de manchas contínuas de áreas com elevado crescimento e de áreas com perdas populacionais (Mapa 1).

MAPA 1

Brasil: taxa geométrica de crescimento anual da população brasileira 2010-2022



Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração dos autores.

Na FFL, as áreas em crescimento situam-se nos entornos de metrópoles e capitais estaduais, e na linha da costa, formando manchas alongadas com grande continuidade a partir de Porto Alegre, todo o leste catarinense até Curitiba. Retoma a continuidade na Baixada Santista e litoral norte paulista, tornando-se intermitente até o litoral norte fluminense, capixaba e no sul da Bahia, UF a partir de onde se torna mais esparsa e mais costeira. Volta a se alongar no litoral de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, adensando-se ainda mais no do Ceará e Piauí, retomando as discontinuidades no Maranhão, Pará e Amapá.

Na FFT as manchas de municípios em crescimento também são contínuas no Amapá, Pará, Roraima, noroeste e oeste do Amazonas e em todo o Acre, retomando a continuidade ao sul do Mato Grosso do Sul Paraná e Santa Catarina. Diferentemente da FFL, na qual a faixa se compõem de municípios de pequena dimensão, o que sinaliza grandes arranjos espaciais convivendo uma mesma dinâmica de crescimento populacional, na fronteira, as grandes áreas dos municípios passam por um crescimento mais concentrado nos arranjos transfronteiriços e mais disperso no interior dos municípios. Dados aguardados da distribuição entre o rural e o urbano e da população indígena poderão confirmar essa realidade.

As áreas de perdas populacionais são contínuas e expressam preocupação na FFL e FFT sul-rio-grandense, nas fronteiras do arco Central e no litoral baiano e alagoano. Os DM, que não estão no foco central de análise desta NT, reproduzem o padrão de áreas em crescimento no entorno das metrópoles e capitais estaduais, e merecem um desdobramento posterior, pautado nas mesmas informações disponíveis e nas vindouras. Duas frentes de análise podem explicar o comportamento descrito: o perfil das atividades desenvolvidas nas áreas onde os municípios crescem ou perdem população, e os demais componentes demográficos, fundamentalmente padrão etário, fecundidade, e a mobilidade migratória e pendular da população.

O total da população residente nos municípios, conforme as classes do crescimento entre 2010-2022, mostra que há uma distribuição bastante homogênea no caso do Brasil, com aproximadamente 26% da população residindo em municípios nas classes de crescimento até a média do país, maior que o dobro da média, e nos municípios com taxas negativas (Tabela 2). No total, 73,1% da população brasileira reside em municípios com ganhos populacionais, e outros 26,9%, naqueles com perdas. A FFT é o recorte territorial com a maior proporção (36,2%) de habitantes em municípios na classe com taxas mais elevadas, seguida dos DMs (32,5%). A FFL tem mais de 63% da população residindo em municípios que crescem menos que a taxa do país ou com taxas negativas de crescimento populacional.

TABELA 2

Brasil: população residente em municípios por classes de crescimento anual da população 2010-2022, segundo recortes territoriais

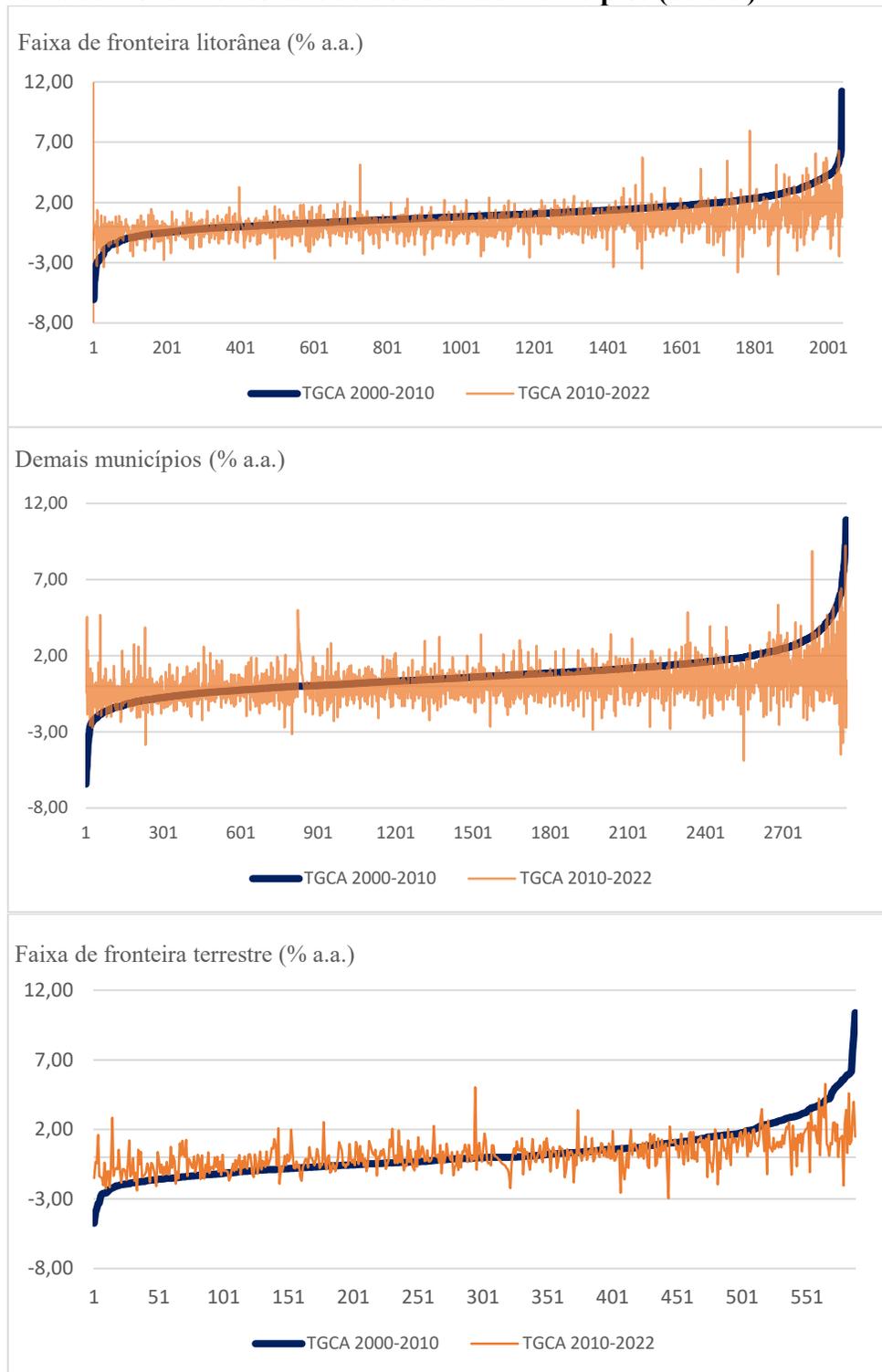
Crescimento anual	Brasil		Fronteira terrestre		Fronteira litorânea		Demais municípios	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
> = 1,04 (dobro BR)	54.041.639	26,6	4.235.099	36,2	25.455.979	21,8	24.350.561	32,5
> = 0,52 até < dobro	39.938.549	19,7	2.585.531	22,1	17.573.546	15,1	19.779.472	26,4
0 a < 0,52	54.366.461	26,8	1.700.109	14,5	38.467.401	33,0	14.198.951	19,0
< 0	54.715.863	26,9	3.170.284	27,1	35.024.482	30,1	16.521.097	22,1
T o t a l	203.062.512	100,0	11.691.023	100,0	116.521.408	100,0	74.850.081	100,0

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração dos autores.

Ao se colocar em análise o crescimento populacional dos municípios, comparativamente aos períodos 2000-2010 e 2010-2022, verifica-se que nos três recortes territoriais as taxas geométricas anuais são significativamente menores entre aqueles que mais cresciam como também significativamente maiores entre os que perdiam população. Mantendo-se indexadas as taxas do primeiro intervalo, observa-se um comportamento similar nos três recortes, com picos positivos e negativos menores (Gráfico 3). A FFL e os DMs sofreram reduções abruptas nos picos, com taxas que, no primeiro intervalo, variaram entre -6,06% a.a. e 11,24% a.a. na FFL e entre -6,43% a.a. e 10,92% a.a. nos DMs. No segundo intervalo, entre -3,97% a.a. e 7,96% a.a. na FFL, e -4,89% a.a. e 9,23% a.a. nos DMs, A FFT registrou os valores dos picos mais modestos, com taxas que variaram entre -4,74% a.a. e 10,39% a.a., no primeiro intervalo, e -2,95% a.a. e 5,26% a.a. no segundo.

GRÁFICO 3

Taxas geométricas de crescimento da população total dos municípios da faixa de fronteira litorânea e dos demais municípios (% a.a.)



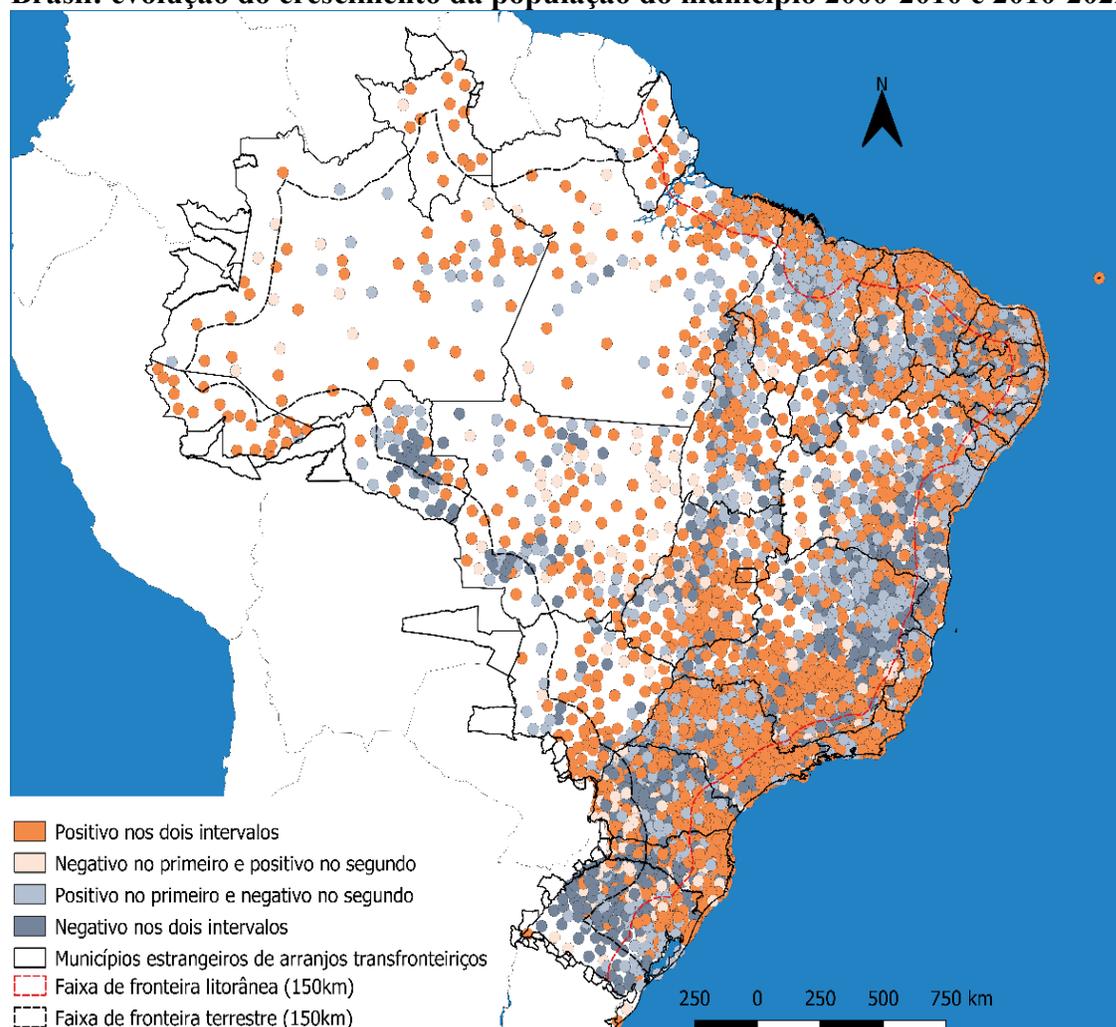
Fonte: IBGE – Censos Demográficos

Se comparadas as taxas de crescimento dos municípios entre 2000-2010 e 2010-2022 apenas no que se refere a crescimento positivo ou crescimento negativo, pode-se aferir se o comportamento de ganhos ou perdas vem desenvolvendo uma trajetória que se consolida nas décadas ou descreve uma conjuntura específica do intervalo analisado. Quatro tipos de comportamento foram constatados: (i) municípios que tiveram crescimento positivo nos dois intervalos; (ii) negativo no primeiro intervalo e positivo no segundo; (iii) positivo no primeiro intervalo e negativo no segundo; e (iv) negativo nos dois intervalos. Como no primeiro período foram criados 63 novos municípios, o procedimento metodológico adotado foi incluir aqueles com taxas positivas entre 2010-2022 no segundo tipo, e aqueles com taxas negativas, no quarto tipo, caso em que se observa que a criação do município não garantiu possibilidades de uma dinâmica populacional positiva.

Observa-se que as manchas contínuas, em ambos os casos, obedecem a um padrão muito similar de distribuição espacial, ao analisado no intervalo mais recente (Mapa 2). Isso indica que os processos em curso podem não ser conjunturais, mas se consolidam ao adentrar este século.

MAPA 2

Brasil: evolução do crescimento da população do município 2000-2010 e 2010-2022



Fonte: IBGE – Censos Demográficos. Elaboração dos autores.

Infere-se que o primeiro tipo pode representar tanto uma condição de maior dinamismo e potencial de atração, quanto de concentração de pobreza, o que só dados das condições sociais da população e das migrações poderão esclarecer. De qualquer forma, elevados incrementos populacionais provocam grande pressão nas administrações municipais. Nesse tipo classificam-se 48% dos municípios brasileiros, com ganhos no crescimento da população nos dois intervalos de análise, demonstrando possibilidade de atrair e elevar seu porte populacional ou, no mínimo, reter sua população.

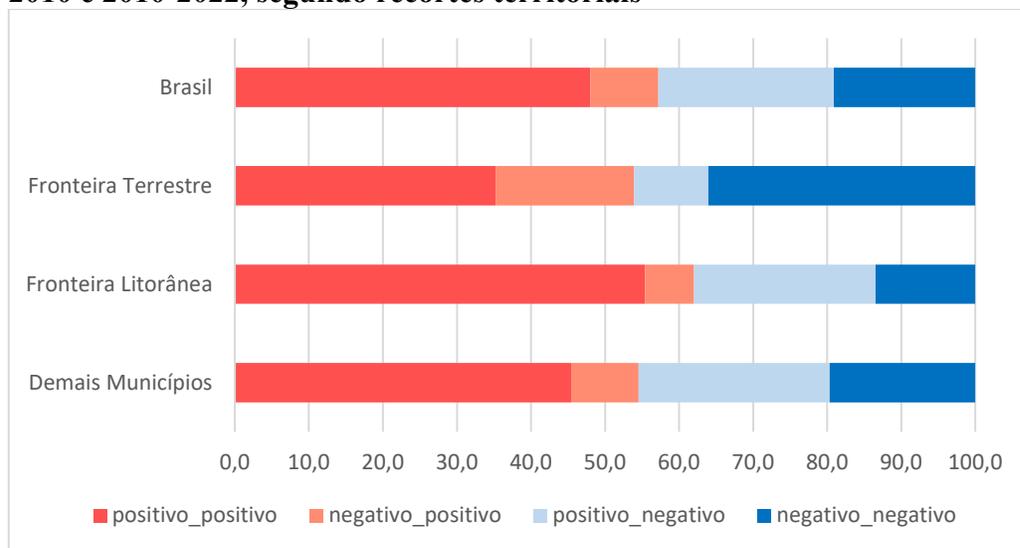
O segundo tipo, no qual se encontram 9,2% dos municípios, evidencia um crescimento apenas no segundo intervalo, que pode resultar de recuperação da capacidade de retenção e atração populacional ou ser apenas conjuntural. No oposto, o terceiro tipo, que agrega 23,7% dos municípios, pode representar a perda dessa capacidade no período mais recente.

No quarto tipo, classificam-se 19,1% dos municípios. É o tipo que provoca maior preocupação, pois perdas populacionais podem indicar incapacidade de retenção ou seletividade de moradores, provocados por estagnação econômica, fuga de atividades, exclusão pelo modelo de produção ou pelo mercado imobiliário, entre outros possíveis fatores a serem identificados com as demais informações do Censo e pesquisas complementares.

Entre os recortes territoriais em análise, a FFL apresenta a maior proporção de municípios com crescimento positivo continuado nos dois intervalos (55,4% de seus municípios) e a menor entre os que continuamente perdem população (13,5%). Se faz seguir pelos DMs, com proporções não muito distintas. A FFT registra 35,2% de municípios com ganhos contínuos e 36,1%, com perdas contínuas. É o recorte que mais concentra municípios nessa condição negativa (Gráfico 4).

GRÁFICO 4

Brasil: evolução da condição do crescimento da população brasileira 2000-2010 e 2010-2022, segundo recortes territoriais



Fonte: IBGE – Censos Demográficos. Elaboração dos autores.

Num ritmo de crescimento superior ao da população, os domicílios particulares permanentes ao mesmo tempo que contribuem para observar a expansão física dos assentamentos

humanos, levam ao questionamento sobre por que tiveram um número tão ampliado e por que entre eles permanecem tantos não ocupados. No Brasil, do total de 90.688.021 domicílios, 79,9% eram particulares permanentes e se encontravam ocupados, 12,6% estavam vagos e 7,4% tinham uso ocasional em 2022 (Tabela 3). Desse mesmo total, apenas 0,1% correspondiam aos domicílios particulares improvisados e outros 0,1%, aos coletivos.

TABELA 3

Brasil: total de domicílios em 2022 e participação dos tipos no total, média de moradores em 2010 e 2022, e taxas de crescimento anual dos domicílios ocupados e da população entre 2010-2022, segundo recortes territoriais

Informação	Brasil	FFT	FFL	DM
Total de domicílios 2022	90.688.021	4.941.598	52.748.590	32.997.833
% particulares permanentes ocupados	79,9	82,8	79,8	79,7
% particulares permanentes vagos	12,6	10,9	12,6	12,7
% particulares permanentes com uso ocasional	7,4	6,1	7,5	7,4
% particulares improvisados	0,1	0,1	0,1	0,1
% coletivos	0,1	0,2	0,1	0,1
Média moradores dom. ocupados 2010	3,31	3,28	3,29	3,36
Média moradores dom. ocupados 2022	2,79	2,84	2,76	2,83
Taxa de cresc. dom. ocupados 2010-2022 (% a.a.)	1,97	1,91	1,90	2,09
Taxa de cresc. população 2010-2022 (% a.a.)	0,52	0,69	0,42	0,65

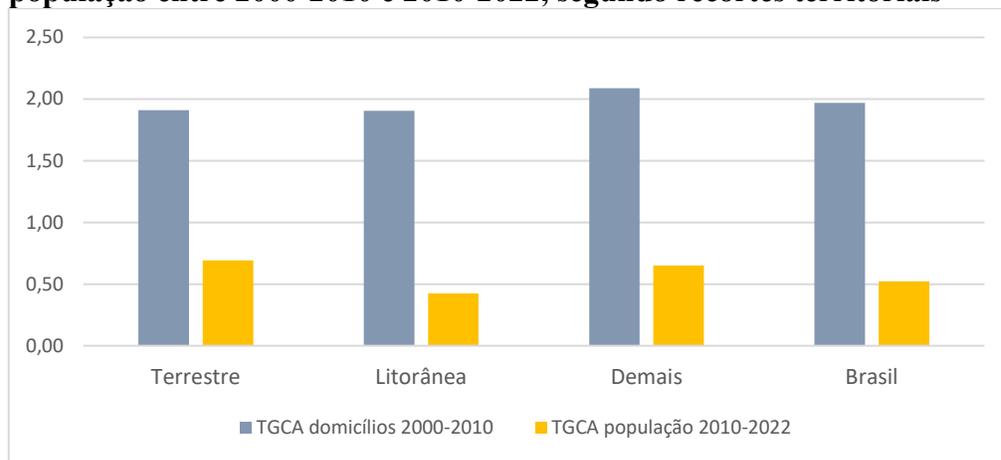
Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração dos autores.

Esses percentuais apresentam diferenças entre os recortes territoriais, apontando mais similaridade no comportamento da FFL e DMs nas participações dos ocupados, vagos e com uso ocasional sobre o total de domicílios, muito próximas às do Brasil. A FFT difere, pois registra maior proporção de domicílios ocupados e menor, tanto dos domicílios vagos quanto dos com uso ocasional; outra distinção se dá no maior percentual de domicílios coletivos, que ocorrem em 0,2% do total dos domicílios.

O número médio de moradores apresentou queda entre 2010 e 2022, de aproximadamente 3,31 para 2,79 pessoas por domicílio ocupado em todos os recortes. O ritmo de crescimento do número de domicílios ocupados, no período 2010-2022, se deu em taxas superiores às do crescimento da população: enquanto o país cresceu a taxas de 0,52% a.a., seus domicílios ocupados cresceram 1,97% a.a., com um diferencial entre as taxas de 1,45 pontos percentuais. Entre os recortes, a FFL apresentou o maior diferencial (Gráfico 5).

GRÁFICO 5

Brasil: comparativo entre o crescimento dos domicílios ocupados e da população entre 2000-2010 e 2010-2022, segundo recortes territoriais



Fonte: IBGE – Censo Demográfico. Elaboração dos autores.

Conclusivamente, observa-se que o Brasil reproduz alguns padrões constatados em países que se encontram em um estágio mais avançado da urbanização, como a redução das taxas geométricas de crescimento ao ano e do número de moradores por domicílios, além de perdas populacionais contínuas entre alguns municípios. Mas, no caso brasileiro, ainda não acenam indícios de perdas populacionais no conjunto nacional em um futuro próximo. Outros padrões serão analisados na sequência desta NT, especificamente em relação à FFT e FFL.

As sínteses expostas confirmam a enorme diversidade entre os municípios brasileiros. Evidenciam que, em recortes distintos, há municípios com crescimento elevado ao mesmo tempo em que outros perdem população. Da mesma forma, apontam que há grandes contingentes populacionais habitando essas áreas em extremos da dinâmica de crescimento. Novas pesquisas poderão informar sobre quais fatores acionam esses processos, o que será de fundamental importância para a formulação de políticas condizentes às necessidades das transformações em curso. As próximas seções desta NT exploram com mais detalhes os recortes territoriais fronteiriços, situando e nominando municípios expoentes da dinâmica populacional captada pelo Censo 2022.

3 A FAIXA DE FRONTEIRA TERRESTRE

Em 2022, o Censo Demográfico registrou 11.691.023 pessoas residentes no conjunto de 588 municípios da FFT, já incorporando os ajustes pela malha digital municipal de 2021 do IBGE. Localizam-se: 19,8% no arco Norte (formado por 69 municípios dos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará e Roraima); 23% no arco Central (101 municípios dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia); e 57,2% no arco Sul (418 municípios, do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). O incremento populacional da FFT no período 2010 a 2022 foi de 929.719 habitantes, distribuídos, 40,5% no arco Norte, idêntico percentual no arco Sul e 19% no arco Central. Esses números evidenciam acréscimos populacionais significativos no arco Norte, comparativamente ao seu reduzido montante de população; e acréscimos não tão elevados no Sul, que já detém mais de metade dos habitantes da FFT (Tabela 4). Mostram ainda a queda de

participação do arco Sul, que em 2010 correspondia a 58,7% do total da população da FFT, e confirmam o aumento da participação do arco Norte, que nesse período pretérito estava em 18%.

TABELA 4

FFT: municípios, população e incremento populacional, segundo arcos fronteiriços, 2010-2022

Arcos	Municípios		População total 2010		População total 2022		Incremento 2010-2022	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Norte	69	11,7	1.935.883	18,0	2.312.818	19,8	376.935	40,5
Central	101	17,2	2.510.899	23,3	2.687.362	23,0	176.463	19,0
Sul	418	71,1	6.314.522	58,7	6.690.843	57,2	376.321	40,5
FFT	588	100	10.761.304	100,0	11.691.023	100	929.719	100

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração dos autores.

A distribuição dos domicílios nos arcos fronteiriços em 2022 corresponde à da população, encontrando-se 60,4% do total dos domicílios da FFT no arco Sul, 23,7% no arco Norte e 15,8% no arco Central. O arco Sul detinha a maior proporção de seus domicílios na condição de ocupados (84,6%), o Central, a maior na condição de vagos (13,3%) e coletivos (0,3%), e o Norte, na dos improvisados (0,2%). Reproduzindo o padrão médio do país e da FFT, os arcos Central e Sul reduziram a média de moradores de 2010 para 2022 de pouco mais de 3 para pouco mais de 2,6, enquanto o arco Norte manteve média elevada: de 4,17% no primeiro período e 3,58 no mais recente. Também reproduzindo o padrão nacional, as taxas de crescimento dos domicílios ocupados em 2020-2022 foram superiores às da população, com o diferencial mais elevado no arco Central, de 1,35 pontos percentuais, seguido pelo Norte, este com a taxa de crescimento mais elevada, de 2,76% a.a.

TABELA 5

FFT: total de domicílios em 2022 e participação dos tipos no total, média de moradores em 2010 e 2022, e taxas de crescimento anual dos domicílios ocupados e da população entre 2010-2022, segundo arcos fronteiriços

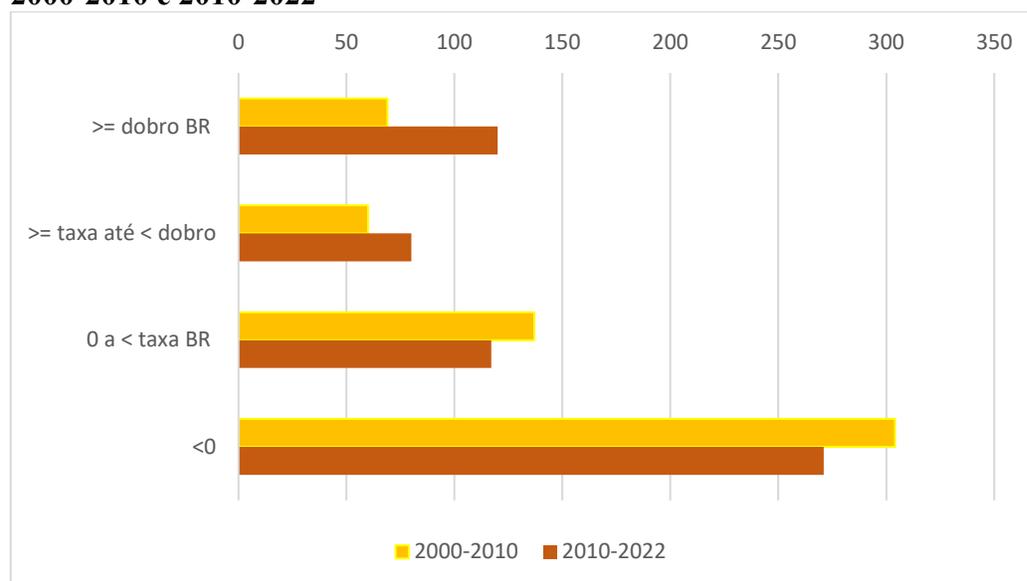
Informação	Arco Central	Arco Norte	Arco Sul	FFT
Total de domicílios 2022	1.172.723	782.727	2.986.148	4.941.598
% particulares permanentes ocupados	79,1	81,6	84,6	82,8
% particulares permanentes vagos	13,3	10,7	9,9	10,9
% particulares permanentes uso ocasional	7,20	7,28	5,31	6,07
% particular improvisado	0,1	0,2	0,1	0,1
% coletivo	0,3	0,2	0,1	0,2
Média moradores dom. ocupados 2010	3,36	4,17	3,05	3,28
Média moradores dom. ocupados 2022	2,88	3,58	2,63	2,84
Taxa de cresc. dom. ocupados 2010-2022 (% a.a.)	1,92	2,76	1,71	1,91
Taxa de cresc. população 2010-2022 (% a.a.)	0,57	1,49	1,27	1,22

Fonte: IBGE – Censo Demográfico. Elaboração dos autores.

Entre os municípios da FFT, 46,1% perderam população no intervalo 2010-2022, enquanto 53,9% apresentaram taxas positivas de crescimento. No intervalo anterior, 2000-2010, eram respectivamente 53,3% e 47,7%, portanto houve um aumento no número daqueles com taxas de crescimento positivo no período recente. Tais resultados sugerem um desempenho positivo entre os municípios no que se refere à contenção e até ao crescimento da população da FFT. Destacam-se municípios na condição de crescimento acima do dobro da taxa do país, que se elevaram de 12,1% entre 2000-2010 para os 20,4% do intervalo mais recente (Gráfico 6).

GRÁFICO 6

FFT: evolução das classes de crescimento da população dos municípios, 2000-2010 e 2010-2022



Fonte: IBGE – Censos Demográficos. Elaboração dos autores.

Tomando por base as classes de crescimento populacional dos arcos fronteiriços, a FFT soma 200 municípios com crescimento a taxas superiores à do Brasil (34% do total dos municípios), a maioria pertencente ao arco Sul (113), sendo 61 crescendo acima do dobro dessa taxa. Vem seguido do arco Norte, com 56 municípios crescendo mais que a média nacional, dos quais 42 acima do dobro dessa média (Tabela 6). Entre os arcos, também é o Sul que mais registra municípios com perdas populacionais, 216, respondendo por aproximadamente 80% dos 271 municípios com crescimento negativo na FFT entre 2010-2022. Tanto o arco Sul quanto o Central apontam internamente situações preocupantes, pois a condição de decréscimo populacional atinge aproximadamente metade de seus municípios, 51,7% dos municípios no primeiro e 48,5% no segundo.

TABELA 6

FFT: municípios dos arcos fronteiros, segundo condição do crescimento anual da população entre 2010-2022

Arcos	< 0		0 a < 0,52 % a.a.		> = 0,52 a < 1,04% a.a.		> = 1,04% a.a.		Total municípios
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
Norte	6	1,0	7	1,2	14	2,4	42	7,1	69
Central	49	8,3	21	3,6	14	2,4	17	2,9	101
Sul	216	36,7	89	15,1	52	8,8	61	10,4	418
FFT	271	46,1	117	19,9	80	13,6	120	20,4	588

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração dos autores.

Sob as mesmas classes de crescimento, mas considerando as pessoas residentes, no arco Norte, 1.350.185 pessoas (58,4% da população do arco) vivem em municípios na classe de maior crescimento, ou seja, com taxas superiores ao dobro da do Brasil. No arco Central essa é também a classe de municípios na qual reside a maior proporção de sua população (864.977 habitantes ou 32,2%); outros 28,6% da população vivem em municípios com taxas superiores à do Brasil. No arco Sul as proporções situam-se nos extremos: 2.019.937 habitantes (30,2%) vivem em municípios na classe de crescimento mais elevado, enquanto outros 2.407.718 (36%), na dos que perdem população. No cômputo total, a FFT possui 36,2% de sua população, ou 4.235.099 habitantes, vivendo em municípios com as mais elevadas taxas de crescimento anual da população (Tabela 7).

TABELA 7

FFT: população dos municípios dos arcos fronteiros em 2022, segundo condição do crescimento anual da população entre 2010-2022

Arcos	< 0		0 a < 0,52 % a.a.		> = 0,52 a < 1,04% a.a.		> = 1,04% a.a.		População total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
Norte	106.427	4,6	174.984	7,6	681.222	29,5	1.350.185	58,4	2.312.818
Central	656.139	24,4	396.764	14,8	769.482	28,6	864.977	32,2	2.687.362
Sul	2.407.718	36,0	1.128.361	16,9	1.134.827	17,0	2.019.937	30,2	6.690.843
FFT	3.170.284	27,1	1.700.109	14,5	2.585.531	22,1	4.235.099	36,2	11.691.023

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração dos autores.

Constatada uma evolução relativamente positiva no que tange às dinâmicas da população nestas décadas iniciais do século XXI (ver Gráfico 6), cabe apontar quantos municípios influenciaram e quantos ficaram alheios a esse comportamento. Para tal, foi realizada uma busca por estratos de porte populacional (Tabela 8), anotando-se os municípios expoentes no que se refere às taxas de crescimento, e seguidamente listados aqueles com os maiores incrementos populacionais.

TABELA 8

FFT: municípios por classe de crescimento populacional na faixa de fronteira terrestre entre 2010-2022, segundo estratos de tamanho da população 2022

Classe do crescimento anual	Estratos de tamanho da população em 2022								Total municípios
	>= 100 a < 500 mil		>=50 a < 100 mil		>=20 a 50 mil		< 20 mil		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
>= dobro BR	7	1,2	13	2,2	29	4,9	71	12,1	120
>= taxa até < dobro	4	0,7	5	0,9	20	3,4	51	8,7	80
0 a < taxa BR	1	0,2	5	0,9	15	2,6	96	16,3	117
< 0	3	0,5	5	0,9	24	4,1	239	40,6	271
FFT (municípios e %)	15	2,6	28	4,8	88	15,0	457	77,7	588

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração dos autores.

A primeira evidência foi a concentração de municípios com perdas populacionais entre aqueles no estrato de população inferior a 20 mil habitantes em 2022, lembrando que dos 588 municípios da FFT, 457 se enquadram nesse estrato populacional. Perdiam população um conjunto de pequenos que perfaziam 40,6% do total de municípios da FFT.

É nesse estrato de menor porte populacional que também estão as maiores proporções de todas as demais classes de crescimento: 16,3% dos que crescem, mas abaixo da taxa do Brasil, 8,7%, dos que crescem entre a média e o dobro, e 12,1%, acima do dobro da taxa do país. Entre estes, ressaltam-se os municípios Pacaraima, com a maior taxa da FFT (5,26% a.a.), Uiramutã (4,22% a.a.), Normandia e Amajari (com mais de 3% a.a.), do estado de Roraima. Nesse estado, como mostram os dados referentes à principal porta de entrada desses migrantes em território nacional, a diáspora venezuelana deve ter tido grande influência no elevado crescimento populacional. No Acre, também portal de entrada de fluxos de migrantes haitianos, Bujari, Manoel Urbano e Santa Rosa do Purus, apresentaram crescimento superior a 3% ao ano. Nessa faixa de crescimento populacional apontam-se ainda Guatambu/SC, Campos de Júlio/MT e Vitorino/PR, esses, com população inferior a 10 mil habitantes.

A relevância dos fluxos migratórios neste intervalo intercensitário deverá ser comprovada com dados ainda a serem disponibilizados pelo Censo, embora haja evidências muito marcantes de seus efeitos sobre o crescimento populacional. Conforme relatório do Observatório das Migrações Internacionais (Cavalcanti; Oliveira; Lemos Silva, 2023), ao final de 2019, foram registrados nos postos de fronteira brasileiros 29,6 milhões de movimentos, e em 2022, cerca de 19 milhões. A principal procedência dos que buscavam residência no país foi a venezuelana, seguida da boliviana, colombiana, argentina, cubana e haitiana, estes já com sinais de declínio, após 12 anos do início. Destinaram-se fundamentalmente a Roraima, São Paulo, Amazonas, Paraná e Santa Catarina, particularmente para as cidades de Boa Vista/RR, São Paulo, Manaus/AM e Pacaraima/RR. Os solicitantes de refúgio, presentes em todo o país, sobressaíram-se em Roraima e São Paulo, nas cidades de Pacaraima, Boa Vista, São Paulo e Manaus.

Citada entre as cidades mais procuradas, Boa Vista, capital de Roraima, integrante do estrato entre 100 mil e 500 mil habitantes em 2022, teve um incremento de 129.173 novos residentes no intervalo 2010-2022, o maior da FFT, a uma taxa de crescimento populacional de 3,17% a.a.

Dos 15 municípios nesse estrato, que é o com maior porte populacional da FFT, sete cresceram a taxas superiores ao dobro da do Brasil. São municípios com base elevada de população, portanto essas taxas implicam em grandes incrementos populacionais. Entre esses, Chapecó/SC teve o segundo maior incremento populacional da FFT, 71.251 habitantes, e a segunda mais elevada taxa do estrato, 2,77% a.a. Os demais são Cascavel/PR, Dourados/MS, Toledo/PR, Umuarama/PR e Tangará da Serra/MS, ordenados conforme porte populacional decrescente – todos em áreas do agronegócio e de importantes plantas da indústria de alimentos.

As capitais de estado Porto Velho/RO e Rio Branco/AC, como também Foz do Iguaçu/PR, apresentaram crescimento entre a média do Brasil e o dobro dessa, destacando-se por incrementos na ordem de 30 mil habitantes. Os municípios desse estrato de tamanho populacional classificam-se, conforme IBGE (2020), entre as 185 Concentrações Urbanas do território nacional, estando 16 delas na FFT. As Concentrações são uma categoria de unidade territorial composta por municípios com população superior a 100 mil habitantes, dividindo-se em médias concentrações (população entre 100 mil e 750 mil habitantes) e grandes concentrações (população superior a 750 mil habitantes). Muitas dessas concentrações urbanas configuram Arranjos Populacionais (APs), ou seja, compõem unidades territoriais com mais de um município, que apresentam integração significativa em razão da contiguidade das áreas urbanizadas ou da presença de deslocamentos frequentes dos habitantes para trabalho ou estudo. Alguns arranjos conjugam municípios de países vizinhos, configurando arranjos transfronteiriços. Em muitos casos, os municípios que se integram aos APs, por vezes de pequeno porte, crescem a taxas muito elevadas, pois funcionam como periferias dos centros principais, recebendo moradores selecionados pelo valor da terra urbana. Outras vezes, com menor frequência, são municípios onde existem atividades geradoras de trabalho, portanto atrativas à população.

Entre as concentrações urbanas da FFT, perderam população no intervalo 2010-2022, a concentração urbana de Corumbá/Ladário (117.790 habitantes), no Mato Grosso do Sul, arco Central e, no arco Sul, um arranjo maior, formado por Pelotas/Arroio do Padre/Capão do Leão (354.775 habitantes), Rio Grande (191.900) e Uruguaiana (117.210), todos no Rio Grande do Sul. Também nesse estado, perderam população Alegrete, São Borja, Cruz Alta e São Gabriel, estes com população entre 50 mil e 100 mil habitantes. Considerando os demais estratos de tamanho, no conjunto dos 271 municípios da FFT que perderam população nesse intervalo, os estados que mais sofreram declínios foram Rio Grande do Sul (52,8%) e Paraná (17,3%).

Em se tratando das concentrações urbanas da FFT, a categoria de cidades que exige leitura particularizada compõe-se dos Arranjos Populacionais Internacionais (APIs), particularizados entre os APs identificados pelo IBGE (2020), pela condição transfronteiriça. No caso dos APIs, as unidades territoriais são compostas por municípios brasileiros e de um ou mais de um país vizinho. O IBGE registrou 27 APIs na faixa de fronteira terrestre, dos quais cinco se enquadram entre as médias concentrações urbanas. Desses, o API de Foz do Iguaçu (que inclui Santa Terezinha do Itaipu/PR, além da aglomeração urbana de Ciudad del Este, no Paraguai) apresentou crescimento acima da média do Brasil no período 2010-2022; o de Ponta Porã (que inclui Pedro Juan Caballero, no Paraguai) cresceu mais que o dobro dessa média; o de Sant’Ana do Livramento (com Rivera, no Uruguai) teve a taxa inferior à do Brasil, 0,2% a.a. Contrariamente, o API de Corumbá (que

inclui Ladário/MS, além dos municípios da Bolívia, Puerto Quijarro e Puerto Suárez) teve Corumbá com perdas populacionais e Ladário com ganhos acima da média nacional (0,78% a.a.); e no de Uruguaiana/RS (que inclui Paso de los Libres, na Argentina), a cidade brasileira perdeu população.

Nos APIs de menor porte, sobressaem-se pelo crescimento elevado a taxas superiores ao dobro da do Brasil, Oiapoque/AP (com St. Georges, na Guiana Francesa), Assis Brasil (com Bolpebra, na Bolívia, e Iñapari no Peru), Tabatinga (com Letícia, na Colômbia, e Santa Rosa-ilha no Peru), Bonfim (com Lethem, na Guiana), com crescimento maior que 2% a.a.

Outros arranjos transfronteiriços são apontados por Moura, Pêgo e Ferreira (2022), que consideram, além dos APIs do IBGE, as “cidades gêmeas” (Brasil, 2021) e as “localidades fronteiriças vinculadas” (Mercosul, 2019), o que leva a pequenas diferenças na composição do conjunto das unidades, como por exemplo, a inclusão de Puerto Iguazú, na Argentina, no arranjo transfronteiriço de Foz do Iguaçu, além dos demais municípios da composição indicada pelo IBGE (Quadro 1). Configurações similares, também apontadas pelos citados autores, resultantes de estudos locais, encontram-se em análise para inserção em algumas das três fontes de referência consultadas.

Dos arranjos transfronteiriços na classe de crescimento acima do dobro da taxa do país, destaca-se Pacaraima/RR (que inclui Santa Elena de Uairén, na Venezuela), com a taxa de 5,6% a.a., e o de Santa Rosa do Purus/AC (que inclui Puerto Esperanza, no Peru), com a taxa de 3,04% a.a. São Gabriel da Cachoeira (com Yavarate, na Colômbia, e San Carlos de Río Negro, na Venezuela), com a taxa de 2,64% a.a., aguarda sua categorização como arranjo transfronteiriço. Dos 13 APIs e arranjos transfronteiriços que perderam população no intervalo em análise, exceto o API Guajará-Mirim (com Guayaramerín, na Bolívia), com 39.386 habitantes, em Rondônia, os demais situam-se nas fronteiras dos estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

As leituras realizadas descrevem um cenário positivo na evolução populacional da FFT, particularmente nos municípios da linha de fronteira e que conformam APIs ou arranjos transfronteiriços, com destaque aos das fronteiras do arco Norte. Estima-se que os fluxos migratórios tenham contribuído no crescimento elevado desses e das capitais estaduais, com a sobressalência de Boa Vista/RR. A mesma positividade é constatada em algumas centralidades regionais em áreas de produção e agroindústrias de alimentos, particularmente em municípios de maior porte na faixa de fronteira de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. Sublinha-se que as perdas populacionais espalham-se em 271 dos 588 municípios da FFT, concentradas nos de pequeno porte no Rio Grande do Sul, com marcante presença na linha de fronteira deste estado com a Argentina, no Paraná, por vezes no entorno de centralidades com crescimento populacional, além de Rondônia e Mato Grosso.

QUADRO 1

FFT: população 2022, incremento e crescimento populacional em municípios brasileiros que configuram arranjos transfronteiriços

UF	Município brasileiro	Município do país vizinho	População 2022	Incremento 2010 a 2022	Taxa cresc. 2010-2022
Arco Central		-	-	-	-
MS	Corumbá	Puerto Quijarro, Puerto Suárez (Bolívia)	96.268	-7.435	-0,62
MS	Ponta Porã	Pedro Juan Caballero, Zanja Pytá (Paraguai)	92.017	14.145	1,4
MS	Bela Vista	Bella Vista del Norte (Paraguai)	21.613	-1.568	-0,59
MS	Ladário	Puerto Quijarro, Puerto Suárez (Bolívia)	21.522	1.905	0,78
MS	Mundo Novo	Salto del Guairá (Paraguai)	19.193	2.150	0,99
MS	Coronel Sapucaia	Capitán Bado (Paraguai)	14.161	97	0,06
MS	Paranhos	Ypejhu (Paraguai)	12.921	571	0,38
MS	Porto Murtinho	Carmelo Peralta, San Lázaro (Paraguai)	12.859	-2.513	-1,43
MT	Cáceres	San Matías (Bolívia)	89.478	1.536	0,15
RO	Guajará-Mirim	Guayaramerín (Bolívia)	39.386	-2.270	-0,47
Arco Norte		-	-	-	-
AC	Brasília	Cobija (Bolívia)	26.000	4.602	1,64
AC	Epitaciolândia	Cobija (Bolívia)	18.757	3.657	1,82
AC	Assis Brasil	Bolpebra (Bolívia), Iñapari (Peru)	8.100	2.028	2,43
AC	Santa Rosa do Purus	Puerto Esperanza (Peru)	6.723	2.032	3,04
AM	Tabatinga	Letícia (Colômbia), Santa Rosa (ilha) (Peru)	66.764	14.492	2,06
AP	Oiapoque	St. Georges (Guiana Francesa)	27.482	6.973	2,47
RR	Pacaraima	Santa Elena de Uairén (Venezuela)	19.305	8.872	5,26
RR	Bonfim	Lethem (Guiana)	13.897	2.954	2,01
Arco Sul		-	-	-	-
PR	Foz do Iguaçu	Ciudad del Este, Hernandarias, Minga Guazú, Presidente Franco (Paraguai), Puerto Iguazú (Argentina)	285.415	29.327	0,91
PR	Guaira	Salto del Guairá (Paraguai)	32.097	1.393	0,37
PR	Santa Terezinha de Itaipu	Ciudad del Este (Paraguai), Puerto Iguazú (Argentina)	24.262	3.421	1,27
PR	Santo Antônio do Sudoeste	San Antonio (Argentina)	23.673	4.780	1,9
PR	Barracão	Dionísio Cerqueira (SC) / Bernardo de Irigoyen (AR)	9.759	24	0,02
PR	Pranchita	Santo Antônio do Sudoeste (PR) / San Antonio (Argentina)	5.737	109	0,16
RS	Uruguaiana	Paso de los Libres (Argentina)	117.210	-8.225	-0,56
RS	Sant'Ana do Livramento	Rivera (Uruguai)	84.421	1.957	0,2
RS	São Borja	Santo Tomé (Argentina)	59.676	-1.995	-0,27
RS	Itaqui	Alvear (Argentina)	35.768	-2.391	-0,54
RS	Jaguarão	Rio Branco (Uruguai)	26.603	-1.328	-0,41
RS	Quaraí	Artigas (Uruguai)	23.500	479	0,17
RS	Porto Xavier	San Javier (Argentina)	9.938	-620	-0,5
RS	Chuí	Chuy, 18 de Julio, Barra de Chuy, La Coronilla, Pueblo San Luis (Uruguai)	6.262	345	0,47
RS	Barra do Quaraí	Bella Unión (Uruguai), Monte Caseros (Argentina)	4.241	229	0,46
RS	Aceguá	Aceguá; Villa Isidoro Noblía (Uruguai)	4.170	-224	-0,44
RS	Garruchos	Azara (Argentina)	2.688	-546	-1,53
RS	Porto Mauá	Alba Posse (Argentina)	2.142	-400	-1,42
RS	Porto Vera Cruz	Panambí (Argentina)	1.560	-292	-1,42
SC	Dionísio Cerqueira	Bernardo de Irigoyen (Argentina)	15.008	197	0,11

Fonte: IBGE - Censo Demográfico; Moura, Pêgo e Ferreira (2022). Elaboração dos autores.

Nota: os arranjos transfronteiriços de Porto Murtinho/MS, Santa Rosa do Purus/AC, Benjamin Constant/AM, Pacaraima/RR e Aceguá/RS não são considerados APIs pelo IBGE.

4 A FAIXA DE FRONTEIRA LITORÂNEA

A FFL, a espelho da FFT, inclui 2.068 municípios situados a até 150 km da linha da costa, incluindo 279 defrontantes ao oceano Atlântico. Do total de municípios, 31 integram também a FFT, esses, para efeito dos cálculos desta análise, foram incluídos apenas no conjunto da FFT.

O Censo Demográfico registrou para o conjunto de municípios da FFL o total de 116.521.408 pessoas residentes em 2022. Comparativamente ao Censo anterior, de 2010, houve na FFL um incremento de 5.777.678 habitantes, correspondente a 46,9% do total do incremento da população brasileira. A taxa geométrica de crescimento anual do período foi de 0,42% a.a., inferior à do país, declinando a mais da metade da taxa do intervalo 2000-2010, que foi de 1,16% a.a. (Tabela 9).

TABELA 9

Brasil e FFL: população 2022, incremento e taxas de crescimento anual da população entre 2010-2022, e participação no total do Brasil

Informações	Brasil	FFL
População 2010	190.755.799	110.743.730
População 2022	203.062.512	116.521.408
Incremento 2010-2022	12.306.713	5.777.678
Taxa crescimento 2000-2010	1,17	1,16
Taxa crescimento 2010-2022	0,52	0,42

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração dos autores.

Entre os municípios, observa-se um comportamento diversificado: 38% perderam população no intervalo 2010-2022, sendo a menor proporção entre os recortes territoriais em análise; 27,5% registraram taxa positiva, mas inferior à taxa do país; outros 16,3% registraram crescimento entre a taxa do país e o dobro dessa; e 18,2%, taxas superiores ao dobro da brasileira (ver Tabela 2).

No período intercensitário foram criados 18 novos municípios na FFL, 15 após o Censo 2000 e três após o Censo 2010. Para a composição das taxas de crescimento populacional o IBGE procedeu a reconstituição das populações para a base mais recente dos intervalos. Entre 2000-2010, 80,5% dos municípios da FFL apresentaram taxas de crescimento positivas, proporção que declinou para 62% no intervalo mais recente, 2010-2022. Nos mesmos períodos, municípios com decréscimo populacional tiveram a participação quase dobrada, elevando de 19,5% para 38% no intervalo recente (Tabela 10).

TABELA 10

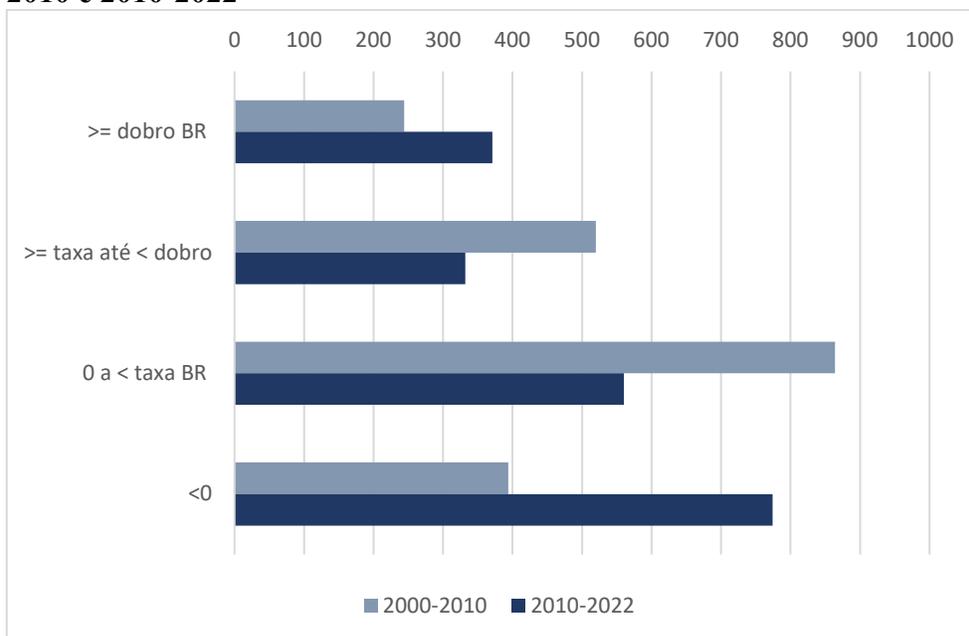
FFL: municípios por classes de crescimento da população entre 2000-2010 e 2010-2022

Crescimento anual (% a.a.)	2000-2010		2010-2022	
	Nº	%	Nº	%
> = dobro BR (1,04)	244	12,1	371	18,2
> = taxa BR até < dobro	520	25,7	332	16,3
0 a < taxa BR (0,52)	864	42,7	560	27,5
< 0	394	19,5	774	38,0
T o t a l	2022	100	2037	100

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração dos autores.

O número de municípios na classe de crescimento acima do dobro do país também teve aumento, passando de 12,1% para 18,8% dos municípios da FFL, enquanto as classes de crescimento intermediárias tiveram redução no número de municípios (Gráfico 7). Dos municípios que tiveram ganhos populacionais no período 2010-2022, 55,4% já apresentavam ganhos no período anterior, 2000-2010, o que sugere uma contínua capacidade de retenção e/ou crescimento populacional. Outros 6,6% passaram a ostentar taxas de crescimento positivas apenas no período mais recente. Entre os que perderam população no período 2010-2022, 24,5% passaram a apresentar perdas no período mais recente, enquanto 13,5% já perdia população desde o período 2000-2010, confirmando uma situação de dificuldade na manutenção da base populacional existente.

GRÁFICO 7

FFL: evolução das classes de crescimento da população dos municípios, 2000-2010 e 2010-2022

Fonte: IBGE – Censo Demográfico. Elaboração dos autores.

Esses dados mostram na FFL um processo populacional distinto daquele observado no conjunto do território nacional, pois grande parte da população está distribuída em municípios com crescimento até a taxa média do país, ou perdendo população entre 2020-2022 (Tabela 11). Mesmo assim, é significativa a presença de 25.455.979 habitantes em municípios com a mais elevada classe de crescimento no período.

TABELA 11

Brasil e FFL: população residente em municípios por classes de crescimento anual da população, 2010-2022

Crescimento anual	Brasil		Fronteira litorânea	
	Pessoas	% total Brasil	Pessoas	% total FFL
> = 1,04 (dobro BR)	54.041.639	26,6	25.455.979	21,8
> = 0,52 até < dobro	39.938.549	19,7	17.573.546	15,1
0 a < 0,52	54.366.461	26,8	38.467.401	33,0
< 0	54.715.863	26,9	35.024.482	30,1
T o t a l	203.062.512	100,0	116.521.408	100,0

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração dos autores.

Compondo um grande número de APs metropolitanos (11), de APs em capitais de estado (6) e de outras grandes concentrações urbanas (4), na FFL algumas dessas unidades já experimentam um crescimento populacional mais contido, até negativo, ao menos nos municípios polos. Como parte do mesmo processo, seus municípios vizinhos ainda crescem vigorosamente, dando suporte à expansão física dessas concentrações urbanas, sob contingências impostas pela valorização do solo urbano e pela diversificação de usos nas áreas mais urbanizadas. Entende-se, assim, a continuidade do processo de periferização, não só induzida pela exclusão de moradores de menores rendimentos, cuja opção é buscar moradia nos entornos periféricos desses centros, mas também pela busca de localização de condomínios residenciais, serviços e comércio de grande porte, equipamentos de lazer, plantas industriais, entre outros, nas mesmas periferias urbanas.

Essas observações podem ser avaliadas ao se cruzar os estratos de municípios por porte populacional em 2022 com as quatro classes de taxas geométricas de crescimento, tendo a média nacional como parâmetro de corte – mesma sistemática usada na seção precedente, tendo nesta faixa de fronteira integrado o estrato de tamanho superior a 500 mil habitantes.

Os municípios dos dois estratos superiores, entre 100 mil e 500 mil e maiores de 500 mil habitantes, são, por si, considerados Concentrações Urbanas, muitos dos quais configuram APs com outros municípios de menor porte, considerados pelo IBGE como unidade territorial. Das 185 Concentrações Urbanas registradas pelo IBGE, 90 situam-se na FFL, entre as quais, 11 são metrópoles e 6 são capitais estaduais. Exceto Macapá/AP, todas com mais de 1 milhão de habitantes em 2022. Todas essas unidades constituem APs, nos quais a população do município polo é, na maioria das vezes maior que metade da população da unidade, exceções feitas aos APs de Recife, Porto Alegre, Vitória e Florianópolis (Quadro 2).

QUADRO 2

FFL: população 2022 e taxa de crescimento anual 2010-2022 em APs e municípios polos de concentrações urbanas metropolitanas e de capitais estaduais

Arranjo populacional	AP população 2022	AP crescimento anual 2010-2022	Polo população 2022	Polo crescimento anual 2010-2022	Relação polo/AP (%)
Metrópoles		-	-	-	-
São Paulo/SP	20.684.947	0,44	11.451.245	0,15	55,4
Rio de Janeiro/RJ	11.760.789	-0,13	6.211.423	-0,14	52,8
Recife/PE	3.783.101	0,09	1.488.920	-0,27	39,4
Porto Alegre/RS	3.679.095	-0,05	1.332.570	-0,47	36,2
Fortaleza/CE	3.424.141	0,24	2.428.678	-0,11	70,9
Curitiba/PR	3.381.333	0,85	1.773.733	0,1	52,5
Salvador/BA	3.318.986	-0,4	2.418.005	-0,84	72,9
Campinas/SP	2.092.456	0,92	1.138.309	0,42	54,4
Belém/PA	1.956.249	-0,29	1.303.389	-0,55	66,6
Vitória/ES	1.756.187	0,87	322.869	0,08	18,4
Florianópolis/SC	1.183.875	2,47	537.213	2,05	45,4
Capitais estaduais		-	-	-	-
São Luís/MA	1.458.836	0,91	1.037.775	0,18	71,1
Maceió/AL	1.194.596	0,57	957.916	0,22	80,2
Natal/RN	1.263.637	0,52	751.300	-0,56	59,5
João Pessoa/PB	1.173.268	1,05	833.932	1,19	71,1
Aracaju/SE	1.018.574	0,79	602.757	0,45	59,2
Macapá/AP	550.306	0,81	442.933	0,89	80,5

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração dos autores.

As taxas de crescimento da população, quando positivas, são sempre menores no município polo que no conjunto do AP. Há casos de polos com crescimento abaixo da média do país e, quando considerado o AP, a taxa supera essa média, como nos APs metropolitanos de Curitiba, Campinas, Vitória, e nos das capitais São Luís, Aracaju e Maceió. Exceções se fazem aos APs das capitais estaduais João Pessoa e Macapá, nos quais a população e o padrão de crescimento do polo são superiores e influenciam o comportamento dos respectivos APs. Há ainda polos que perdem população, enquanto o conjunto do AP torna a taxa positiva, como se verifica nos APs metropolitanos de Recife e Fortaleza, e no da capital Natal. Poucos são os casos de APs em que o polo e a unidade apresentam taxas negativas de crescimento, como se verificou nos APs do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Belém – todos núcleos das primeiras Regiões Metropolitanas institucionalizadas, nos idos dos anos 1970.

Essas constatações evidenciam que a maioria dos APs metropolitanos e das capitais estaduais da FFL, que em 2022 concentram 31,4% da população brasileira, seguem crescendo e reproduzindo o padrão periférico desse crescimento, apesar da diminuição das taxas dos municípios polos. Nas demais grandes concentrações urbanas, apenas o AP de José dos Campos/SP reproduz esse padrão, com o conjunto do AP crescendo a 0,95% a.a. e o polo, a 0,85% a.a. As demais descreveram comportamentos distintos: o AP da Baixada Santista/SP cresceu à taxa de 0,6% a.a., enquanto o polo, Santos, perdeu população; o AP de Sorocaba/SP, cresceu à taxa de 1,62% a.a., inferior à do polo, 1,76%; similarmente o AP de Jundiaí/SP cresceu a 1,58% a.a., e o polo, a 1,51% a.a. Esses comportamentos possivelmente expressem a maturidade dos dois primeiros.

Trazendo para análise o incremento populacional dos municípios, nesse estrato de população superior a 500 mil habitantes, o município de São Paulo agregou novas 197.742 pessoas residentes, seguido por Sorocaba/SP, Florianópolis/SC, Serra/ES, João Pessoa/PB e Joinville/SC, com incremento superior a 100 mil habitantes (no caso, entre 101 mil e 137 mil habitantes). Exceto São Paulo, esses também são os municípios do estrato com as mais elevadas taxas de crescimento da população, todas acima do dobro da média do Brasil. Dos 29 municípios do estrato, 9 cresceram acima da taxa do país, enquanto 10 perderam população (Tabela 12), os já citados polos metropolitanos e alguns grandes municípios de suas periferias: Jaboatão dos Guararapes, no AP de Recife, e Duque de Caxias e São Gonçalo, no AP do Rio de Janeiro.

TABELA 12

FFL: municípios por classe de crescimento populacional entre 2010-2022, segundo estratos de tamanho (em % a.a.)

Classe do crescimento anual	Estratos de tamanho da população em 2022										Total de municípios
	>= 500 mil		>= 100 a < 500 mil		>=50 a < 100 mil		>=20 a 50 mil		< 20 mil		
>= dobro BR (1,04%)	5	0,2	66	3,2	58	2,8	107	5,3	135	6,6	371
>= taxa até < dobro	4	0,2	39	1,9	32	1,6	99	4,9	158	7,8	332
0 a < taxa BR (0,52%)	10	0,5	35	1,7	48	2,4	134	6,6	334	16,4	561
< 0	10	0,5	22	1,1	28	1,4	163	8,0	550	27,0	773
T o t a l	29	1,4	162	8,0	166	8,1	503	24,7	1177	57,8	2037

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração dos autores.

No estrato com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, mais de 1/3 dos 162 municípios apresentaram crescimento acima do dobro da média do Brasil, entre os quais os maiores incrementos populacionais (mais de 50 mil habitantes) incidiram sobre municípios que integram os APs metropolitanos de São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Salvador e da capital Natal, além de outros de médias concentrações do Vale do Itajaí/SC e entorno de Campinas/SP. Neste estrato, destaca-se Fazenda Rio Grande/PR, no AP de Curitiba, que tem a 9ª maior taxa de crescimento da FFL (5,13% a.a. sobre uma base populacional de 148.873 habitantes).

Com menores incrementos e taxas de crescimento superior a 1,04% a.a., seguem sendo identificados nesse estrato municípios dos demais APs metropolitanos, Vale do Itajaí, entorno de Campinas, além de defrontantes, alguns portuários. Fugindo a esse padrão, pode-se destacar os municípios Caruaru/PE, Ponta Grossa/PR, Jacareí/SP, Pouso Alegre/MG e Bento Gonçalves/RS, como importantes centralidades nos caminhos de penetração ao interior brasileiro, reproduzindo o

padrão de localização nos estratos com crescimento abaixo ou acima da média do país, mas inferior ao dobro. Com decréscimo populacional, chamam a atenção pelos elevados volumes de perdas, São Gonçalo/RJ e Olinda/PE (respectivamente de -102.984 e -27.803 pessoas). Com perdas pouco superiores a 10 mil habitantes apontam-se Petrópolis/RJ e Itabuna/BA, e Novo Hamburgo/RS e Viamão/RS, estes do AP metropolitano de Porto Alegre.

Com população entre 50 mil e 100 mil habitantes, 58 dos 166 municípios que integram o estrato cresceram a taxas acima da do Brasil e 28 perderam população. O mais elevado incremento e a maior taxa de crescimento populacional da FFL ocorreram em Extremoz/RN (37.002 pessoas agregadas à sua população e 7,96% a.a.), vindo seguido por Itapema/SC (30.143 pessoas e taxa de 4,3% a.a.) e Itaitinga/CE (28.831 e 5,47% a.a., sétima maior taxa da FFL), assim como de Cajamar/SP, Eusébio/CE, Navegantes/SC, Itupeva/SP e Rio Largo/AL, com incrementos superiores a 25 mil pessoas e taxas maiores que 2,4% a.a. Completam o elenco nesta classe de crescimento municípios do litoral paulista, dos entornos de Campinas e de Florianópolis, do sul catarinense e do Vale do Itajaí, entre outros esparsos nos demais estados. Entre os que perdem população, Bayeux/PB (-16.974 habitantes), Santa Luzia/MA (-16.408) e Candeias/BA (-10.776) apresentaram os valores extremos deste estrato populacional.

Municípios com população entre 20 mil e 50 mil habitantes formam o segundo maior estrato do conjunto da FFL, superados pelo estrato referente aos com população inferior a 20 mil habitantes, compondo respectivamente 503 e 1.177 dos 2.037 municípios em análise, ou 24,7% e 57,8% do total da faixa. O estrato de 20 mil a 50 mil habitantes tem uma distribuição de municípios relativamente equilibrada entre as classes de crescimento, participando entre 5% e 8% no total de municípios da FFL. No estrato de menor porte, o peso recai sobre os municípios que perdem população, que correspondem a 27% do total de municípios da FFL, seguido pelos que não alcançam a taxa de crescimento do país (16,4%) (ver Tabela 9). Estes dois estratos representam o maior conjunto de municípios com baixo crescimento populacional.

Nesses estratos, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo contribuem com os maiores números de municípios crescendo a mais que o dobro da taxa do Brasil; Minas Gerais, e outra vez Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com os maiores números de municípios crescendo acima da taxa do Brasil, até seu dobro; Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, nos que crescem até a taxa do Brasil; e Bahia, Minas Gerais e Maranhão, nos maiores números de municípios com perdas populacionais.

É importante salientar que entre os dez municípios com as taxas de crescimento mais elevadas da faixa de fronteira litorânea, seis são destes dois estratos de tamanho, cinco dos quais, catarinenses: Itapoá, Barra Velha, Passo de Torres, Balneário Gaivota e Araquari (Quadro 3). Entre as demais se destacam municípios integrantes de APs de metrópoles ou capitais de estado: Extremoz, a taxa mais elevada da FFL (AP de Natal), Satuba (AP de Maceió), Itaitinga (AP de Fortaleza) e Fazenda Rio Grande, município de maior porte entre os dez e com o maior incremento populacional da FFL entre 2010-2022 (AP de Curitiba).

QUADRO 3

FFL: municípios com as mais elevadas taxas de crescimento anual da população, 2010-2022

Município	UF	População 2022	Incremento 2010-2022	Crescimento 2010-2022 (% a.a.)
Extremoz	RN	61.571	37.002	7,96
Itapoá	SC	30.750	15.987	6,31
Barra Velha	SC	45.371	22.985	6,06
Satuba	AL	24.278	9.675	5,73
Passo de Torres	SC	12.897	6.270	5,71
Balneário Gaivota	SC	15.669	7.435	5,51
Itaitinga	CE	64.648	28.831	5,47
Extrema	MG	53.482	24.883	5,35
Fazenda Rio Grande	PR	148.873	67.198	5,13
Araquari	SC	45.180	20.370	5,12

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração dos autores.

Tais desempenhos colocam em evidência a dinâmica populacional do estado de Santa Catarina, fortemente presente ao longo da BR-101 e eixos de penetração ao interior do estado, resultado tanto da presença de atividades ligadas à indústria, incluindo a automotiva e fornecedores, como também às atividades ligadas ao sistema portuário e a grandes plantas logísticas. Crescem municípios em todo o leste catarinense, particularmente no entorno de Florianópolis, Joinville e no Vale do Itajaí. Também no eixo da BR 101, outro exemplo é o crescimento de João Pessoa e entorno, certamente influenciado pelas instalações industriais, incluindo o ramo automotivo, e de serviços na ligação dessa capital com Recife.

No cômputo geral da FFL, as faixas litorâneas dos estados de Santa Catarina e de São Paulo possuem o maior número de municípios crescendo mais que a média brasileira (respectivamente 21,8% e 18,1% dos 371 municípios nessa classe de crescimento na FFL). Nos demais estados, ainda se observa elevado crescimento em muitos municípios do entorno das metrópoles e aglomerações urbanas articuladas a essas, de grandes centros litorâneos, particularmente capitais de estados, e de centros turísticos ou portuários.

Na FFL a linha da costa apresenta um desempenho de maior positividade no que concerne ao crescimento e distribuição da população. Na medida que se adentra no território do recorte, começam a se configurar áreas em declínio populacional. Entre os 773 municípios que perdem população, o estado da Bahia participa com a maior proporção, 18,6% do conjunto, seguida pelo Rio Grande do Sul (9,2%) e pelos municípios de Minas Gerais, sobre os quais incidem os 150 km desde a linha da costa (9,7%). No caso deste estado, destaca-se o elevado crescimento do centro sub-regional de Extrema, ladeado por municípios com perdas populacionais. Consideram-se notórias também as perdas populacionais entre municípios do Maranhão, Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

A leitura dos dados populacionais mostrou a grande diversidade de comportamentos na FFL e apontou desempenhos mais marcantes nas concentrações urbanas e seus municípios vizinhos. A análise dos domicílios que abrigam essa população buscou captar as diferenças entre os municípios que integram as grandes e médias concentrações, compostas de municípios ou APs com mais de 100 mil habitantes, e os outros municípios da FFL. Distinguiram-se as grandes concentrações (=>

750 mil habitantes) e as médias (\Rightarrow 100 mil a < 750 mil habitantes), dos municípios de menor porte da FFL. Do total de domicílios da FFL, 57,4% se localizavam nas grandes concentrações (que participa com 58,4% da população em 2022), 16% nas médias (com 15,6% da população) e 26,6% nos outros municípios (com 26% da população).

Há, portanto, grande compatibilidade entre a presença da população e dos domicílios ocupados. Contudo, as taxas de crescimento da população são muito menores que as dos domicílios, e mesmo que se considere a redução da média de moradores, ainda assim o diferencial chama a atenção. As taxas de crescimento dos domicílios ocupados cresceram no período 2010-2022 com valores entre 1,81% a.a., nas grandes concentrações, a 2,37% a.a. nas médias (Tabela 13). No mesmo período, as taxas de crescimento da população não alcançaram 1%. O maior diferencial entre as taxas se deu nos municípios com menos de 100 mil habitantes. Nesses, a média de moradores por domicílio foi a maior da FFL em 2010 e 2022, como também as proporções de domicílios vagos e os de uso ocasional. Este tipo de domicílio foi menos comum nas grandes concentrações.

TABELA 13

FFL: total de domicílios em 2022 e participação dos tipos no total, média de moradores em 2010 e 2022, e taxas de crescimento anual dos domicílios ocupados e da população entre 2010-2022, segundo concentrações urbanas e outros municípios

Concentrações urbanas	FFL	Grandes concentrações	Médias concentrações	Outros municípios da FFL
Total de domicílios 2022	52.748.590	30.282.477	8.447.582	14.018.531
% particulares permanentes ocupados	79,8	82,9	77,3	74,4
% particulares permanentes vagos	12,6	12,3	12,4	13,5
% particulares permanentes uso ocasional	7,5	4,6	10,1	11,9
% particular improvisado	0,1	0,1	0,0	0,1
% coletivo	0,1	0,1	0,1	0,1
Média moradores dom. ocupados 2010	3,29	3,20	3,27	3,49
Média moradores dom. ocupados 2022	2,76	2,70	2,77	2,89
Taxa de cresc. domicílios ocupados 2010-2022 (% a.a.)	1,90	1,81	2,37	1,86
Taxa de cresc. população 2010-2022 (% a.a.)	0,42	0,36	0,97	0,25

Fonte: IBGE – Censo Demográfico. Elaboração dos autores.

Nota-se que se delineiam vetores de expansão das manchas de ocupação das grandes concentrações urbanas, sejam metropolitanas, capitais de estado ou outras, em direção às médias concentrações e, fundamentalmente aos municípios de menor porte. Sobre muitos deles incidem taxas de crescimento populacional superior à taxa do país, e neles o crescimento dos domicílios é muito acima do da população. Além desses fatos que merecem pesquisas específicas, a presença de domicílios vagos, em qualquer dos recortes analisados, pode sinalizar um estímulo do mercado imobiliário à reserva de valor, mantendo domicílios ociosos. Em um país com reconhecido déficit habitacional, essa situação requer ter sua lógica compreendida, e ser devidamente controlada em benefício da população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os primeiros resultados do Censo Demográfico de 2022 permitem vislumbrar com segurança a distribuição da população no território e sua dinâmica de crescimento. Embora o Brasil não tenha crescido o tanto que se estimava, evidenciaram que há municípios e regiões sobressalientes pelas taxas elevadas de crescimento e incremento populacional entre 2010-2022, em muitos casos sedimentando um processo iniciado na década anterior, tanto nas faixas de fronteiras terrestre e litorânea, quanto entre os demais municípios. Esse desempenho sugere positividade de retenção e atração populacional, transformações e acúmulo de demandas a serem atendidas. Portanto, requerem políticas de moradia, saneamento, transportes urbanos, educação, saúde e trabalho que sustentem e atendam à população crescente.

Dada a expansão física da ocupação do espaço, imposta pelo incremento populacional, particularmente nos grandes centros e suas periferias, são necessárias também políticas ambientais voltadas a áreas de maior fragilidade natural, e políticas fundiárias que visem o controle da especulação imobiliária, de forma a reduzir a exclusão social pelo preço da moradia, e evitar riscos a segmentos vulneráveis da população. O diferencial entre as taxas de crescimento da população e do número de domicílios ocupados, e o elevado número de domicílios vagos, diante do déficit habitacional que vem se tornando histórico no país, impõem análises apuradas e políticas eficazes de controle. Informações censitárias ainda não divulgadas, faixas etárias, segmentos da população, condição social do morador, fluxos pendulares da população, entre outras, contribuirão para especificar o perfil das políticas públicas.

Estudos complementares também serão preciosos para se concluir sobre os porquês da condição de perdas populacionais de municípios, em alguns casos já há mais de uma década, particularmente em áreas de produção agropecuária e mineração, onde se vive momentos de crescimento que podem ser efêmeros, particularmente induzidos por atividades ligadas à reprimarização da economia. Políticas de desenvolvimento regional sustentáveis são imprescindíveis para garantir condições dignas de sobrevivência a produtores, trabalhadores, população de modo geral e ao meio ambiente nessas áreas. Em qualquer dos casos, sejam por ganhos ou perdas populacionais, análises com informações mais específicas confirmarão se são situações que se consolidam ou se representam momentos passageiros.

Os fluxos migratórios internacionais ocorridos no período intercensitário deixaram marcas captadas pelas informações do Censo, porém aguardam-se os dados relativos à mobilidade migratória para conclusões mais precisas. Mesmo antecipadamente, reconhece-se a importância de políticas que prevejam o acolhimento de pessoas que migram ou vêm em busca de refúgio, de modo a protegê-las em trânsito e a evitar impactos sociais e econômicos aos municípios receptores. Da mesma forma, dados da mobilidade pendular da população poderão confirmar os laços que se insinuam para além dos APs analisados, confirmando a expansão das grandes concentrações, metropolitanas ou não, e apontando novos vetores de penetração no território.

Embora a análise tenha colocado em foco os recortes das FFT e FFL, pode-se conjecturar que a evolução do crescimento a expansão das metrópoles e grandes concentrações urbanas apontam o avanço da metropolização, reproduzindo padrões internacionais no que se refere a um

menor crescimento nos polos metropolitanos e em alguns APs metropolitanos, ainda restrito aos de maior maturidade. Salienta-se que esse processo ocorre similarmente nos DMs, entre os quais há quatro APs metropolitanos, três deles crescendo mais que o dobro da média do país, e quatro APs de capitais estaduais, três também nessa classe de crescimento. Nesse conjunto, reproduz-se o padrão de crescimento elevado, formando manchas de ocupação em continuidade ou dispersas, porém conectadas por importantes vias de circulação.

As informações tornam evidente que o país prossegue em seu processo de metropolização, com a redução do ritmo de crescimento de metrópoles mais antigas, intenso crescimento em metrópoles mais jovens e geração de novas concentrações urbanas em centros não metropolitanos, particularmente, mas não apenas em capitais de estados, reproduzindo os padrões de expansão e crescimento metropolitano reconhecidos na literatura especializada. Algumas metrópoles começam a perder população, entretanto ainda cresce seu entorno imediato, em muitos casos, agregando em seu entorno mais distante, contínua ou descontinuamente, médias concentrações urbanas e pequenos centros não aglomerados, com crescimento também elevado, configurando grandes conglomerados de extensão regional com forte articulação urbana. Políticas urbanas, com especificidades para essa nova configuração espacial, são requeridas, pois não bastam políticas setoriais, como as já anotadas, posto que essas se fragmentam sem a transversalidade exigida pela urbanização brasileira. Também são necessários novos formatos de gestão cooperada e articulada entre conjuntos de municípios, para contemplarem as peculiaridades das funções públicas de interesse comum exigidas nessas unidades plurimunicipais.

Nas fronteiras terrestres do país, participantes nas dinâmicas de elevado crescimento da população, a presença de um elevado contingente de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros originais, sob pressão da ocupação das terras e da exploração dos recursos naturais, exige atenção urgente. Dados do Censo, já divulgados, permitem dimensionar e situar em seus territórios os povos indígenas e os quilombolas, subsidiando análises imprescindíveis. Muitos dos povos indígenas movimentam-se nas fronteiras, dando origem a um espaço transfronteiriço com populações sob grande vulnerabilidade, pois carentes de políticas acordadas entre os países que se avizinham. Também nos arranjos transfronteiriços, mais que informações censitárias, que brevemente serão divulgadas, faltam informações compatíveis sobre os municípios situados do outro lado da fronteira, com os quais as populações interagem cotidianamente.

Considerando o elevado número de arranjos transfronteiriços identificados na linha de fronteira brasileira, é necessário que haja uma articulação entre os produtores de informações do Brasil, fundamentalmente o IBGE, e os dos países limítrofes, de modo a compatibilizar a temporalidade e o método da coleta dos dados dos censos demográficos. É precário formular políticas para unidades territoriais sobre as quais se desconhece o tamanho da população e os componentes demográficos da parte incidente no país vizinho. Por esse motivo, políticas urbanas transfronteiriças que conjuguem bases de informações entre os países vizinhos são necessidades urgentes para que se possa contemplar as demandas que virão incrementadas conforme mostram as taxas de crescimento populacional dos arranjos transfronteiriços. E nestes casos, a efetivação de formatos de gestão cooperativa, que se apoiem em acordos bi e até trinacionais.

São verdadeiramente muito aguardados os próximos resultados do Censo Demográfico de 2022, tanto por pesquisadores, formuladores de políticas e gestores públicos, como pela população de modo geral, que terá suas especificidades reconhecidas e seu futuro garantido pela possibilidade de prognósticos seguros. A tecnologia empregada nesta coleta e organização de informações, e a consistência da base metodológica e operacional do IBGE são reconhecidas já nestes primeiros resultados e serão reafirmadas nos demais. Resta reconquistar a sistematicidade dos Censos nos anos iniciais das décadas, da contagem da população nos intermédios dos períodos intercensitários, e consolidar o diálogo com os demais países limítrofes ao Brasil para que produção articulada das informações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 6.634**, de 2 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei n. 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, p. 6.113, 3 maio 1979. Seção 1.

BRASIL. **Portaria n. 2.507**, de 5 de outubro de 2021, do Ministério do Desenvolvimento Regional/Gabinete do Ministro. Estabelece o conceito de cidades gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. DOU, Edição: 190 | Seção: 1 | Página: 29

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; LEMOS SILVA, S. **Dados Consolidados da Imigração no Brasil 2023**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. População e domicílios. Primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102011.pdf>>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades: 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3PICBA8>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

MERCOSUL. Mercado Comum do Sul. **Acordo sobre localidades fronteiriças vinculadas**. Paraguai: CMC, 2019. (Mercosul/CMC/DEC, n. 13/2019). Disponível em: <<https://bit.ly/3AHlmd5>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

MOURA, R.; PÊGO, B.; FERREIRA, G. A gestão urbana em arranjos transfronteiriços e os desafios de sua regulamentação. **Texto para discussão** n. 2809. Brasília, Ipea, novembro 2022. 30 p.